

MONITORAMENTO DE NOTÍCIAS DIVULGADAS NA MÍDIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR DO TOCANTINS

D. N. DE SOUSA¹, M. E. R. DE JESUS²

Embrapa Pesca e Aquicultura¹, Universidade Federal do Tocantins²

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3124-5150>¹

diego.sousa@embrapa.br¹

Submetido 18/11/2020 - Aceito 28/05/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.11553

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise de conteúdo de notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia e sua relação com a agricultura familiar do Tocantins e que medidas têm sido tomadas para amenizar os efeitos negativos que a crise influenciada pela pandemia tem causado para os agricultores familiares. A pesquisa é do tipo qualitativa, na qual utilizou-se da análise de conteúdo de notícias publicadas na mídia no período de março a agosto de 2020. Com o

apoio da plataforma Cortex, foram definidas as palavras-chave: agricultura familiar and Tocantins and (covid-19 or coronavírus) para o monitoramento realizado via web mining. Os resultados apontam que medidas sociais, econômicas e tecnológicas têm sido tomadas pelo governo do Tocantins com o intuito de minimizar os impactos negativos causados pela atual pandemia junto aos agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural. Coronavírus. Comercialização. Abastecimento alimentar. Políticas públicas.

MONITORING OF NEWS DISCLOSED IN THE MEDIA IN COVID-19 PANDEMIC TIMES AND THEIR RELATIONSHIP WITH TOCANTINS FAMILY AGRICULTURE

ABSTRACT

The objective of this work was to carry out a content analysis of news published in the media in times of pandemic and its relationship with family farming in Tocantins and what measures have been taken to mitigate the negative effects that the crisis affected by the pandemic has caused to the public family farming. The research is of the qualitative type, in which it was used the analysis of news content published in the media

from March to August 2020. With the support of the Cortex platform, the keywords were defined: familiar agriculture and Tocantins and (covid-19 or coronavirus) for monitoring carried out via web mining. The results show that social, economic and technological measures have been taken by the government of Tocantins in order to minimize the negative impacts caused by the current pandemic among family farmers.

KEYWORDS: Rural development. Coronavirus. Commercialization. Food supply. Public policy.



1 INTRODUÇÃO

O surto da Covid-19 iniciou-se no final do ano de 2019 na China, chegando ao Brasil no início de 2020. A ocorrência desta pandemia suscitou efeitos negativos em praticamente todos os setores da economia, afetando até mesmo a inclusão de agricultores familiares nas cadeias alimentares (Sousa, Jesus & Beraldo, 2021).

As restrições causadas pela crise mundial decorrente do surto da Covid-19 – devido ao necessário cumprimento do isolamento social, na expectativa de postergar a velocidade de contaminação do vírus – passaram a impor dificuldades para promover o abastecimento alimentar em todo território brasileiro. Embora se tenham diagnosticado inúmeros esforços no intuito de minimizar os impactos causados pela pandemia, os impactos econômicos para os agricultores familiares foram altos, principalmente para aqueles que possuíam menor diversificação da produção e poucos canais de comercialização.

No Tocantins, a situação não é diferente. O estado mais novo da federação também sente os efeitos negativos da pandemia e o temor pelo desabastecimento alimentar levantou a discussão sobre a importância primordial da agricultura familiar e sobre medidas de apoio e proteção prioritárias para que agricultores (as) possam continuar a produção e a distribuição de alimentos durante a pandemia. Na situação vigente, a agricultura familiar é um dos grupos mais afetados pela crise e os esforços do estado são de suma importância para minimizar a situação de vulnerabilidade social, que no meio rural tocantinense atinge eminentemente os reassentados, indígenas e quilombolas (Sousa, 2020).

As exigências sanitárias e de distanciamento social, a interrupção no fornecimento dos mercados institucionais (principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar), o fechamento de feiras livres e a diminuição na demanda por parte da população estão dificultando o escoamento da produção de alimentos da agricultura familiar e diminuindo a renda. Com isso, o sistema de produção familiar e sua respectiva distribuição de alimentos precisa se reestruturar e as formas mais comuns de viabilizar se dá por meio do acesso as políticas públicas e as formas alternativas de venda. A pandemia provocada pela Covid-19 trouxe novos desafios, que devem ser discutidos e superados, por meio de ações intersetoriais e de medidas governamentais.

Assim como o fechamento das feiras livres no intuito de evitar aglomeração de pessoas, as escolas suspenderam suas aulas em quase todo o território nacional e, dessa forma, parte considerável dos produtos destinados à alimentação escolar deixaram de ser adquiridos, ou seja, um dos principais meios de escoamento da produção da agricultura familiar foi suspenso de modo que, a paralisação das atividades escolares afeta não apenas o estudante, como também compromete o agricultor familiar, que tem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como um importante *lócus* para escoamento da sua produção.

Outro importante canal de comercialização para o agricultor familiar são as compras institucionais via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o impacto da atual crise indica que



as compras do PAA, em muitos casos, foram igualmente reduzidas desde o início do período de isolamento social. O PAA ao longo de mais de uma década vem mostrando sua importância na dinamização de economias locais e de circuitos curtos de produção/comercialização, além do papel estruturante e de provisão de renda para a agricultura familiar e a garantia do direito humano à alimentação adequada (Sambuichi *et al.*, 2020).

O PNAE e o PAA são dois programas que constituem alternativas concretas para minimizar os impactos causados pela atual crise sobre os agricultores familiares, sobretudo os mais pobres. Além das políticas públicas, é de fundamental importância oferecer apoio logístico para que esses agricultores possam comercializar diretamente seus produtos junto aos consumidores nos centros urbanos, de modo a mitigar os riscos de contágio e manter a produção/comercialização de alimentos, ao mesmo tempo em que se devem oferecer condições seguras para que a produção seja adquirida pelos governos para a distribuição de cestas de gêneros alimentícios essenciais.

No Tocantins, por exemplo, o governo do Estado tem realizado ações emergenciais planejadas para minimizar os impactos sociais às famílias que tiveram sua renda reduzida em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para reduzir os riscos acometidos pelo Coronavírus. A destinação dos recursos por parte do Estado deve ser, neste momento, primordial também para os empreendimentos coletivos da agricultura familiar que sobrevive do comércio local e do acesso às políticas públicas para fomentar a produção via linhas de crédito agrícola ou para apoiar a comercialização.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi realizar uma análise de conteúdo de notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia e sua relação com a agricultura familiar e que medidas têm sido tomadas para amenizar os efeitos negativos que a crise influenciada pela pandemia tem causado para os agricultores familiares. Além da análise de conteúdo de notícias publicadas na mídia, utilizou-se também de uma revisão de literatura a fim de compreender o que tem sido discutido nacionalmente sobre a temática deste estudo, que será retratada na próxima seção.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As restrições causadas pela pandemia da Covid-19 motivada pela necessidade de cumprimento do isolamento social na expectativa de postergar a velocidade de contaminação do vírus passaram a impor dificuldades para promover o abastecimento alimentar no Brasil (Silva & Barbosa, 2020). Diante disso, o temor do desabastecimento alimentar levantou a discussão sobre a importância primordial da agricultura e sobre medidas de apoio e proteção prioritárias para que agricultores (as) e demais envolvidos na produção e na distribuição de alimentos possam continuar com suas atividades produtivas (Valadares *et al.*, 2020).

A agricultura é uma das atividades mais essenciais, senão a principal, para a sobrevivência da espécie humana, sendo a responsável pela produção da grande diversidade de alimentos que chega à mesa da população brasileira (Lucena *et al.*, 2020). E neste momento de pandemia do novo



coronavírus, o trabalho e a condição dos agricultores familiares tornaram-se mais desafiadores (Futemma *et al.*, 2020; Preiss, 2020).

As estatísticas demonstram que metade das famílias (50%) teve redução nas suas rendas, perdendo em média um terço da renda que habitualmente recebiam (33%) e apesar da concessão do benefício social para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pouco mais de um terço das famílias de agricultores familiares (36%) receberam o auxílio emergencial. Isto representa uma parcela significativa que ficou sem acessar a este auxílio (Delgrossi, 2020).

O levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizado no censo agropecuário 2017 (IBGE, 2019) aponta que cerca de 3,8 milhões de estabelecimentos rurais são classificados como da agricultura familiar, ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares. Ainda de acordo com este diagnóstico, a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas no campo. Segundo os dados da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, a agricultura familiar apresenta um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, além de ser à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, e ser responsável pela renda de cerca de 40% da população economicamente ativa do Brasil e por aproximadamente 70% dos brasileiros ocupados no campo (MAPA, 2019). Esses dados apontam a importância da categoria da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do país.

De acordo com Barbosa (2020) e Valadares *et al.* (2020), no curto prazo, os efeitos econômicos sobre a agricultura familiar dizem respeito, principalmente, à manutenção da atividade produtiva e às dificuldades de escoamento da produção. No médio prazo, a retração da atividade pode comprometer decisões de plantio, elevando o risco de desabastecimento alimentar após a crise. Então, com a pandemia acarretou em maiores dificuldades, especialmente no que se refere à logística e à comercialização dos produtos desse público.

As exigências sanitárias e de distanciamento social, a interrupção no fornecimento aos mercados institucionais e o fechamento de feiras livres e/ou diminuição na demanda por parte da população estão dificultando o escoamento da produção de alimentos da agricultura familiar e diminuindo ainda mais a renda das famílias de agricultores. O desafio principal atualmente é garantir o abastecimento frente a uma economia que já estava estagnada e com estruturas de proteção e de estímulo à produção agrícola familiar que vinham sendo desmontadas pelo governo (Cavalli *et al.*, 2020; Valadares *et al.*, 2020).

Diante de um cenário inesperado, com muitas restrições e controles de circulação, as feiras locais que são consideradas um dos principais mercados de escoamento dos agricultores foram fortemente impactadas e os agricultores familiares sofreram inúmeros efeitos negativos, intensificando ainda mais as desigualdades já existentes e aumentando ainda os indicadores de pobreza (Claudino, 2020).

Parte considerável dos agricultores familiares que dependem do funcionamento dos restaurantes e das feiras está em situação de maior vulnerabilidade econômica. A maior



diferenciação social entre os produtores decorrente da pandemia tem estreita relação com o canal de comercialização dominante. Verifica-se que comparado aos agricultores que comercializam por venda direta, os que comercializam para os supermercados, diretamente ou indiretamente, conseguem manter o escoamento de forma mais regular, uma vez que esses estabelecimentos seguem abertos por serem “serviços essenciais”, mas que de certa forma determinam o preço dos produtos a serem comprados (Pedroso *et al.*, 2020).

E neste sentido, Futemma *et al.* (2020) e Sambuichi *et al.* (2020) afirmam que a paralisação econômica provocada pelo isolamento social apresentou como consequências o fechamento de restaurantes populares, a suspensão de aulas nas escolas públicas e privadas, o enfraquecimento das atividades de trabalhadores informais, o aumento de demissões e a redução na disponibilidade de alimentos distribuídos a pessoas que vivem em situação de risco alimentar e de exclusão social.

As formas mais comuns de viabilizar a produção da agricultura familiar são por meio do acesso as políticas públicas e a venda direta (Futemma *et al.*, 2020) e é nesse sentido que a crise decorrente dessa pandemia evidenciou a importância de políticas públicas voltadas para o setor agrícola familiar a fim de garantir o abastecimento alimentar das cidades e a promoção da segurança alimentar (Valadares *et al.*, 2020). Também a pandemia trouxe novos desafios, que devem ser discutidos e superados, por meio de ações intersetoriais. Apesar de algumas delas terem sido submetidas a reduções drásticas de recursos orçamentários nos últimos anos, tais políticas se configuram como canais importantes de viabilização econômica do setor e garantia do abastecimento alimentar (Pereira *et al.*, 2020).

As políticas públicas são de extrema importância para viabilizar a produção agrícola no Brasil, principalmente, dos agricultores familiares seja para fomentar a produção via linhas de crédito agrícola ou para apoiar na comercialização de seus produtos (Futemma *et al.*, 2020). De acordo com Pedroso *et al.* (2020) e Valadares *et al.* (2020), a possibilidade de usar ou reativar as políticas públicas e os canais institucionais de compras de alimentos da agricultura familiar já existentes constrói uma estratégia de resposta emergencial à crise. Destaca-se que o PNAE e o PAA são dois programas que constituem alternativas concretas para minimizar os impactos causados pelo coronavírus sobre os agricultores familiares mais pobres (Sousa, 2021).

Somado ao fato de que outros canais de comercialização, como feiras livres, foram também afetados pelas medidas de isolamento necessárias à contenção do vírus (Pereira *et al.*, 2020), em função da atual pandemia, as escolas suspenderam suas aulas em quase todo o território nacional e dessa forma, parte considerável dos produtos destinados à alimentação escolar deixaram de ser adquiridos (Pedroso *et al.*, 2020).

No Brasil, no geral, as escolas públicas suspenderam as aulas desde o mês de março de 2020 e, a partir de então, iniciou-se o desafio de dar continuidade ao PNAE para não comprometer o acesso de 41 milhões de escolares à alimentação, principalmente porque se espera que os efeitos socioeconômicos da crise afetem fortemente a parcela mais vulnerável da população brasileira. Desta forma, a paralisação das atividades escolares afetou não apenas o estudante, como também



comprometeu a renda do agricultor familiar, que tem no programa um importante *locus* para escoamento da sua produção de alimentos. Até o momento, não se tem previsão de retorno das aulas e a adequação do PNAE durante todo o período da pandemia se faz necessário e urgente (Pereira *et al.*, 2020).

Em conjunto, as reivindicações colocadas pelas entidades de defesa da segurança alimentar e pelos órgãos representativos da agricultura familiar pedem a retomada ampliada também do PAA, privilegiando a modalidade compra com doação de alimentos – que, historicamente, atendia ao segmento menos estruturado e mais empobrecido dos agricultores, e que respondia, no auge do programa, pelo maior número de adesões e pelo maior volume de produção adquirida (Valadares *et al.*, 2020).

O PAA mostrou, por sua vez, ao longo dos últimos quinze anos, sua importância na dinamização de economias locais e de circuitos curtos de produção/comercialização, além do papel estruturante e de provisão de renda para a agricultura familiar e a garantia do direito humano à alimentação adequada. O fortalecimento do PAA como ferramenta de combate à crise é uma medida tempestiva de efeito rápido, pois o programa já está criado e consolidado, com sua estrutura de implementação ativa, além de ter benefícios comprovados em estudos de casos realizados em todas as regiões brasileiras (Sambuichi *et al.*, 2020).

Segundo Pedroso *et al.* (2020) e Valadares *et al.* (2020), ao mesmo tempo que devem-se oferecer condições seguras para que a produção seja adquirida pelos governos para a distribuição de cestas, o PAA e o PNAE são dois programas que constituem alternativas concretas para minimizar os impactos causados pela atual crise sobre os agricultores familiares. Tal medida garante o escoamento da produção, a geração de renda, bem como a atenuação dos prejuízos e do desperdício de alimentos.

Diante disso, para amenizar os danos aos produtores da agricultura familiar e da pecuária, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), tem incentivado o aumento de compras governamentais de alimentos, redes de varejo, além de fomento às vendas on-line por meio de cooperativas (Sambuichi *et al.*, 2020).

Ainda segundo Valadares *et al.* (2020), outra medida importante, nesse primeiro conjunto de medidas intersetoriais, seria dar continuidade, com a ampliação e a adequação, à distribuição de alimentos pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional (SAN) e cestas básicas. Os bancos de alimentos devem manter o recebimento e a distribuição de alimentos, priorizando as organizações de assistência social que atendem aos grupos de risco e as de longa permanência, além de apoiar redes locais de doação de gêneros alimentícios.

Dessa forma, orienta-se que políticas públicas de resposta à pandemia do novo coronavírus sejam implementadas de modo que garanta a produção doméstica e a renda do agricultor (Sambuichi *et al.*, 2020). O que se observa neste momento é que o acionamento de políticas públicas que privilegiam circuitos curtos de produção/comercialização, baseados no consumo de alimentos produzidos localmente, vem se revelando como iniciativa estratégica para garantir a



oferta de alimentos nas cidades, sobretudo entre as camadas populacionais em situação de vulnerabilidade social (Valadares *et al.*, 2020).

Reconhece-se todo o impacto que esta pandemia trouxe e trará à sociedade, porém, é observável também que um movimento para superar esse momento, no caso a transição agroecológica, e o uso de novas tecnologias da informação e comunicação tem sido aliado nesse enfrentamento. Paradoxalmente, a pandemia pode servir para mostrar que mudanças no modo de vida e produção se fazem também necessárias (Wivaldo, 2020; Claudino, 2020). A atual crise mundial ressalta a necessidade de um sistema agroalimentar mais sustentável, e a agroecologia, que além de atender as demandas das famílias rurais, garantindo benefícios sociais, econômicos e ambientais, também se apresenta como solução viável para atender as demandas urbanas (Silva & Barbosa, 2020).

Além disso, conforme destaca Cavalli *et al.* (2020) o acesso a equipamentos de proteção individual, a reorganização de feiras livres, o investimento em novas tecnologias para a comercialização direta (por exemplo, aplicativos de delivery), a garantia de renda mínima e o fortalecimento/ampliação da compra institucional de alimentos são algumas das estratégias de inclusão produtiva que podem contribuir para a superação dos desafios impostos à agricultura familiar e seus empreendimentos coletivos em consequência advinda da Covid-19.

3 METODOLOGIA

Com uma pesquisa do tipo qualitativa este estudo mapeou as principais notícias que retrataram a agricultura familiar no estado do Tocantins em tempos de pandemia da Covid-19 publicadas no período de março a agosto de 2020.

Com o apoio da plataforma Cortex¹, definimos as seguintes palavras-chave: agricultura familiar and Tocantins and (covid-19 or coronavírus) para o monitoramento realizado via web mining.

De um total de dezesseis notícias mapeadas utilizou-se nove que tinham evidência contextualizada ao objeto empírico em questão. Assim, foram classificadas em quatro temáticas para serem analisadas: assistência social, crédito rural, inovação tecnológica e políticas públicas.

Para tratamento dos dados, recorreu-se a análise de conteúdo do tipo temática. Para Bardin (1977), esta é uma importante ferramenta na condução de dados qualitativos, pois se configura em um conjunto de técnicas comunicacionais que utiliza de procedimentos sistemáticos categorizados por temas e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

¹ Informações sobre a plataforma Cortex acessar: <https://cortex-intelligence.com/plataforma/>



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se realizar uma análise de conteúdo de notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia e sua relação com a agricultura familiar, constatou-se no estudo que iniciativas nos campos da 1.assistência social, 2.crédito rural, 3.inovação tecnológica e 4.políticas públicas têm sido tomadas para amenizar os efeitos negativos que a crise influenciada pela pandemia da covid-19 tem causado para os diferentes públicos da agricultura familiar. Com isso, esta seção será estruturada em quatro temáticas analíticas.

No Tocantins, o governo do Estado tem realizado a entrega de cestas básicas e produtos de higiene para as famílias de assentamentos rurais e comunidades quilombolas que tiveram sua renda reduzida em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para reduzir os riscos acometidos por essa atual pandemia. A ação faz parte das medidas emergenciais do governo planejadas para minimizar os impactos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade provocadas pelo novo coronavírus. Por meio de parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), a ação já beneficiou mais de 30,2 mil famílias da zona rural e de comunidades tradicionais. Para o secretário da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins,

[...] o tempo de isolamento se estende desde março, e há uma preocupação do Governo com as famílias de agricultores familiares que tiveram sua renda drasticamente reduzida, comprometendo o sustento familiar. A entrega dessas cestas básicas é uma forma que a gestão encontrou de demonstrar que cada família tocaninense é importante para o Estado e que nos importamos com a vida dessas pessoas (Agrolink, 2020a).

Esta narrativa vai ao encontro das ideias apresentadas por Delgrossi (2020), ao confirmar a redução de renda da agricultura familiar, o que aumentou a demanda por ações sociais em tempos de pandemia. Cita-se o recebimento do auxílio emergencial por pouco mais de um terço de agricultores. Isto demonstra que os outros dois terços também carecem de ações/políticas de assistência social, como a supracitada realizada pelo governo do Tocantins.

Três reportagens destacaram o crédito rural como medida de contenção a crise econômica causada pelo coronavírus. Com a liberação do Plano Safra 2020/2021 no mês de junho, várias instituições financeiras tem se alinhado para garantir operações de custeio, comercialização e investimento da produção agropecuária brasileira, através de ações como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (G1, 2020; Portal do Agronegócio, 2020; SEAGRO, 2020).

Ter mais recursos para oferecer aos agricultores rurais nesta safra vai ao encontro das necessidades do país, uma vez que esta crise econômica aumentará a importância da agricultura familiar, como forma de manter o abastecimento alimentar, assim como apontado por Cavalli *et al.*, (2020); Lucena *et al.*, (2020); Silva & Barbosa (2020) e Valadares *et al.*, (2020). Os agricultores familiares tornam-se, então, atores estratégicos para a sustentação e retomada da economia nacional, dos estados e municípios, visto que boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos



brasileiros são provenientes da agricultura familiar. Segundo a coordenadora de Negócios Agro da Central Sicredi Centro Norte, relata que

[...] os agricultores familiares são um público de associados para o qual o Sicredi sempre busca recursos, para fortalecer a atividade e gerar trabalho e renda para as famílias do campo com propriedades menores e que ajudam a movimentar a economia local e mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus, que recomendou o distanciamento social, as cooperativas atuaram em busca de soluções e na implementação de novas ferramentas para atender os produtores rurais e as liberações de recursos ocorreram normalmente (G1, 2020).

Aplicados em empreendimentos localizados nos nove estados da Amazônia Legal, dentre eles o Tocantins, para o Plano Safra 2020/2021, o Banco da Amazônia (Basa) disponibilizará um aporte de R\$ 600 milhões para a agricultura familiar. Além disso, medidas para deixar o crédito ainda mais atrativo ao produtor têm sido praticadas e a instituição informou que praticará redução das taxas de juros anuais para o Plano Safra vigente que vem ocorrendo desde o mês de junho de 2020.

Outra medida lançada pela instituição foi a opção do produtor fazer o custeio pré-safra, em que ele tem, no limite de crédito aprovado, um portfólio para usar na safra e na pré-safra. Com isso, o produtor rural e, em especial o agricultor familiar, pode comprar produtos e insumos para sua lavoura com preços competitivos, pois esse tipo de custeio permite antecipar a contratação de crédito e liberar as parcelas para que as compras do produtor ocorram no melhor período de custo benefício.

Para facilitar o acesso ao crédito, os representantes do Banco da Amazônia também destacaram o processo de transformação digital que a instituição vem vivenciando ao longo dos últimos anos e que precisou ser acelerado por conta das especificidades enfrentadas pela pandemia da Covid-19 (Portal do Agronegócio, 2020).

No Norte do país, ao participar de videoconferência do lançamento nacional do Plano Safra 2020/2021 da instituição financeira Banco do Brasil, o secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins, destacou a oportunidade dos agricultores tocantinenses em investir e ampliar suas produções principalmente se aliados à sustentabilidade. Para ele, “[...] um ponto de destaque é o foco nos pequenos produtores e agricultores familiares”, reforçando que a política do Pronaf e de todo o crédito para o pequeno produtor será bastante incentivada e o governo estadual vai trabalhar para que os pequenos agricultores tocantinenses tenham maior acesso ao crédito demandado (Seagro, 2020, p.1). Trata-se, assim, da necessidade do Estado buscar fontes de financiamento para que as atividades dos agricultores familiares não cessem, assim como discutido por Barbosa (2020) e Valadares *et al.* (2020).



No campo da inovação tecnológica foi identificado que o estado do Tocantins conseguiu contornar a pandemia e lançou a Agrotins² virtual, que deixou de ser presencial para ser uma feira Agrotecnológica em formato 100% digital (Notícias Agrícolas, 2020; Agrolink, 2020b). Durante a live de lançamento do evento, o governador do Tocantins destacou o caráter inédito do evento, afirmando que essa edição poderá servir de modelo para os demais estados que cancelaram ou suspenderam suas feiras agropecuárias em virtude da pandemia. “Decidimos usar a tecnologia a nosso favor. É uma inovação, estamos realizando a primeira feira agro totalmente digital do país”, afirmou o gestor (Notícias Agrícolas, 2020).

Planejada como se fosse à modalidade presencial, o pequeno produtor teve a disposição não só o espaço para exposição de seus produtos, mas ainda oportunidade de adquirir novos conhecimentos por meio de palestras e cursos disponibilizados gratuitamente a todos os participantes. Segundo uma das expositoras da agricultura familiar, o evento foi o espaço ideal para divulgar seus produtos neste contexto de pandemia dada a capilaridade do evento. Na narrativa abaixo encontra-se mais detalhes desta entrevista.

O campo tem que continuar a produzir, senão não chega alimento na cidade. E a Agrotins 2020 100% digital traz muita expectativa para o pequeno produtor rural. É uma oportunidade para nós porque precisamos mostrar nossos produtos, precisamos vender o que estamos produzindo (Agrolink, 2020c).

Para Sousa, Jesus e Beraldo (2021), esta necessidade de interação dos agricultores familiares com o mundo da inovação tecnológica está acontecendo de forma “forçada”, buscando se adaptarem à nova realidade causada pela pandemia da Covid-19, justamente para que eles não se distanciem ou sejam excluídos do mercado.

Políticas públicas também têm sido direcionadas durante este período de pandemia. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) diz ter R\$ 8,9 milhões em emendas parlamentares ao Orçamento da União de 2020 para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Tocantins é o estado com maior volume de emendas parlamentares, com cerca de R\$ 2,1 milhões. Neste ano, o PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), recebeu R\$ 220 milhões do orçamento do Ministério da Cidadania para ações emergenciais de segurança alimentar e nutricional devido à pandemia e esses recursos estão sendo aplicados na compra de alimentos

² A Feira Agrotecnológica do Tocantins (Agrotins) é um tradicional espaço de debate sobre a agricultura familiar tocaninense, apesar de não ser um espaço institucionalizado é onde participa a maioria dos atores que lidam com este público vindo de todos os municípios tocaninenses através de caravanas patrocinadas pelo Governo Estadual. Assim, na Agrotins, ocorrem simultaneamente diversas atividades técnicas que corroboram para tal debate como palestras, dias de campo, reuniões técnicas, além de ter um espaço específico para demonstrações tecnológicas e de comercialização de produtos da agricultura familiar, denominado Pavilhão da Agricultura Familiar (Sousa, 2019).



produzidos por agricultores familiares e suas cooperativas, para posterior distribuição as pessoas na situação de vulnerabilidade socioeconômica (Isto É, 2020).

Segundo a Conab, a estatal poderá então ampliar a execução da modalidade em todos os estados, com inclusão de agricultores familiares e aumento da disponibilidade de alimentos a serem distribuídos às entidades oriundas da rede socioassistencial e o recurso é uma suplementação orçamentária para o PAA face à crise econômica e social que vem sendo gerada pelo coronavírus (Portal Fator Brasil, 2020).

Autores como Pereira *et al.*, (2020) e Valadares *et al.*, (2020) confirmam que os mercados institucionais, composto pelo PAA e PNAE, são de suma importância para a dinamização de economias locais e de circuitos curtos de produção/comercialização, geração de renda e redução da pobreza para os públicos da agricultura familiar e a garantia do direito humano à alimentação adequada. Com isso, este tipo de mercado precisa ser fortalecido, a fim de minimizar os desafios para os agricultores que são ainda maiores em tempos de pandemia.

Diante dessa análise de conteúdo, verifica-se, portanto, que no estado do Tocantins, medidas sociais, econômicas e tecnológicas têm sido tomadas com o intuito de minimizar os impactos negativos causados pela pandemia aos agricultores familiares e de suas organizações coletivas, como forma também de minimizar os desafios de inclusão produtiva nos próximos anos. Indo a este encontro, para a FAO (2020, p. 2), medidas como essas funcionam como amortecedores no pós-pandemia, responsáveis por manter “níveis adequados de produção doméstica e renda dos agricultores usados para apoiar a economia e garantir a segurança alimentar”. Também os resultados apontam que, como discorrido na revisão de literatura, a agricultura familiar é um dos grupos mais afetados pela crise influenciada pela Covid-19, aumentando ainda mais os desafios de inclusão produtiva para este público.

5 CONCLUSÃO

Com a proposta de analisar as notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia e sua relação com a agricultura familiar do Tocantins constatou-se que iniciativas no âmbito da assistência social, crédito rural, inovação tecnológica e políticas públicas têm sido tomadas pelo governo tocantinense para amenizar os efeitos negativos que a crise influenciada pela pandemia da Covid-19 tem causado para os públicos da agricultura familiar.

Neste sentido, acredita-se que a análise de conteúdo realizada neste estudo pode se configurar como uma importante ferramenta de monitoramento para entender os impactos da pandemia da Covid-19 na agricultura familiar e, assim, contribuir para que o governo do Tocantins (e também outras instituições públicas e privadas) possa promover ações de intervenção direcionadas à esses gargalos identificados, a fim de amenizar os efeitos desta atual crise.

A agricultura familiar é um dos grupos mais afetados pela crise, pois segundo o IBGE metade das famílias tiveram redução nas suas rendas, perdendo em média um terço da renda que



habitualmente recebiam. No geral, um dos maiores problemas para os agricultores de produção familiar é o escoamento ou a comercialização de seus produtos e a pandemia têm evidenciado que estes e outros novos desafios devem ser discutidos e superados, por meio de ações governamentais (ao criar uma agenda política) e medidas intersetoriais de apoio à produção e as cadeias curtas de comercialização.

No Tocantins, o governo do Estado tem realizado medidas assistenciais como a entrega de cestas básicas e produtos de higiene para as famílias de assentamentos rurais e comunidades quilombolas que tiveram sua renda reduzida em decorrência da pandemia. Melhorias e facilidades de acesso ao crédito rural também foram constatadas como prioridade do governo para amortecer os efeitos causados pela crise. Além de crédito mais atrativo ao produtor, tem sido praticada a redução das taxas de juros anuais para o Plano Safra vigente. De todo modo, o governo estadual identificou que o Pronaf produtor é estratégico e será bastante incentivado. Sendo assim, a proposta é viabilizar para que os agricultores familiares tocantinenses tenham maior acesso à esta política de crédito rural.

No campo da inovação tecnológica foi identificado que o estado conseguiu contornar a pandemia e foi pioneiro ao lançar a Agrotins 100% digital. O agricultor familiar teve a disposição não só o espaço para exposição de seus produtos, mas ainda oportunidade de adquirir novos conhecimentos por meio de palestras e cursos disponibilizados gratuitamente a toda comunidade, além de se inteirar das novas tendências tecnológicas no campo. Esta proposta de evento foi destaque na mídia e referência para as demais feiras agrotecnológicas no país realizadas em 2020.

Outra ferramenta de extrema importância para viabilizar a produção da agricultura familiar são as políticas públicas. Elas também têm sido direcionadas durante este período de pandemia, o Tocantins a título de exemplo, foi identificado como o estado com o maior volume de emendas parlamentares para o Programa de Aquisição Alimentar. O PAA e o PNAE são dois programas que constituem alternativas concretas para minimizar os impactos causados pelo coronavírus sobre os agricultores familiares e precisam ser prioritários na agenda política nacional.

Diante dessa análise de conteúdo verificou-se, portanto, que no estado do Tocantins, medidas sociais, econômicas e tecnológicas têm sido tomadas com o intuito de minimizar os impactos negativos causados pela atual pandemia junto aos agricultores familiares. Deve-se ressaltar que durante e após a pandemia, é necessário reconhecer a importância de um sistema de proteção social por parte dos governos para os grupos com maior vulnerabilidade como é o caso da agricultura familiar; além da necessidade de formular políticas públicas estaduais específicas para atender aos anseios deste público.

Portanto, a correlação das notícias divulgadas na mídia sobre a agricultura familiar tocantinense confirma a necessidade de diferentes frentes de atuação por parte do poder público para que os agricultores familiares não sintam os efeitos negativos decorrentes desta pandemia, visto ainda que o estado possui aguçada desigualdade social, econômica e tecnológica, assim como ocorre nos demais estados da região Norte do país, o que pode ainda mais impactar e excluir esse



público dos mercados. Com esses resultados, confirma a intenção dos pesquisadores desta investigação em fazer tal relação para se conhecer o que a mídia está relatando sobre as necessidades e demandas atuais dos agricultores familiares e quais medidas têm sido tomadas pelo governo estadual para amenizar os efeitos negativos que tal crise tem causado para os diferentes segmentos da agricultura familiar.

6 REFERÊNCIAS

- Agrolink. (2020a). *TO: governo segue com entrega de cestas básicas às famílias rurais*. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/to--governo-segue-com-entrega-de-cestas-basicas-as-familias-rurais_438089.html>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Agrolink. (2020b). *Agrotins 100% Digital vai até sexta-feira*. Disponível em: <<https://bityli.com/gY6H0>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Agrolink. (2020c). *Agrotins 2020 100% Digital será vitrine para produtos da agricultura familiar*. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/agrotins-2020-100--digital-sera-vitrine-para-produtos-da-agricultura-familiar_434382.html>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Barbosa, C. (2020). *Pequenos agricultores se organizam em rede para doar cestas agroecológicas no Pará*. Disponível em: <<https://brasildefato.com.br/2020/05/19/pequenos-agricultores-se-organizam-em-rede-para-doar-cestas-agroecologicas-no-para>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cavalli, S. B.; Soares, P.; Martinelli, S. S.; & Schneider, S. (2020). Agricultura familiar em tempos de Covid-19. *Revista de Nutrição*, (33): e200180.
- Claudino, L. S. D. (2020). Impactos dos primeiros meses de pandemia de Covid-19 para a agricultura familiar paraense e como a Agroecologia pode apoiar a superação. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, 1(1):40-54.
- Delgrossi, M. (2020). *Agricultura Familiar Ampliada*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2020/08/PNAD-COVID-boletim-Junho2020.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- FAO - Food and Agriculture Organization. (2020). *Agri-food markets and trade policy in the time of Covid-19*. Rome: FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca8446en/CA8446EN.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.



- Futemma, C.; Tourne, D. C. M.; Andrade, F. A. V.; Santos, N. M.; Macedo, G. S. S. R.; & Pereira, M. E. (2020). *A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?* Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- G1. (2020). *Produtores terão R\$ 4,1 bilhões em recursos no Sicredi*. Disponível em: <<https://bityli.com/xEOZC>>. Acesso: em 02 out. 2020.
- Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Censo Agropecuário 2017*. Brasil: IBGE. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 16 out. 2020.
- Isto É. (2020). *Conab tem R\$ 8,9 milhões em emendas parlamentares para aquisição de alimentos*. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/conab-tem-r-89-milhoes-em-emendas-parlamentares-para-aquisicao-de-alimentos/>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Lucena, C. C.; Filho, Z. F. H.; & Bonfim, M. A. D. (2020). *Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura*. Sobral, CE: Embrapa, CIM - Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos (Boletim/ Embrapa CIM).
- Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2019). *Agricultura Familiar*. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso: em 16 out. 2020.
- Notícias Agrícolas. (2020). *Tocantins contorna pandemia e lança feira Agrotecnológica em formato 100% digital*. Disponível em <<https://bityli.com/zEJuN>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Pedroso, M. T. M.; Corcioli, G.; & Foguesatto, C. R. (2020). A crise do Coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 14(39): 3740-3749.
- Pereira, A. S.; Campos, F. M.; Santos, C. R. B.; et al. (2020). Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela Covid-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, 2020.
- Portal do Agronegócio. (2020). *Banco da Amazônia aplicará R\$ 5 bilhões no agronegócio e na Agricultura Familiar*. Disponível em: <<https://www.portaldoagronegocio.com.br/politica-rural/credito-rural/noticias/banco-da-amazonia-aplicara-r-5-bilhoes-no-agronegocio-e-na-agricultura-familiar-198308>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Portal Fator Brasil. (2020). *Conab tem previsão de aporte de R\$ 220 milhões para projetos do PAA*. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=392004>. Acesso em: 02 out. 2020.



- Preiss, P. V. (2020). *Desafios enfrentando a pandemia COVID-19 no Brasil: lições de sistemas de abastecimento alimentar escassos*. Agricultura e valores humanos. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7214848/>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- Sambuichi, R. H. R.; Almeida, A. N. C. S.; Perin, G.; Spínola, P. A. C.; & Pella, A. F. C. (2020). *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19*. IPEA: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. (Nota técnica, nº 17).
- Seagro – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Estado do Tocantins. (2020). *Plano Safra entra em vigor e produtores tocantinenses já podem acessar recursos para financiamento*. Disponível em: <<https://seagro.to.gov.br/noticia/2020/7/1/plano-safra-entra-em-vigor-e-produtores-tocantinenses-ja-podem-acessar-recursos-para-financiamento/>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- Silva, J. H. C. S. & Barbosa, A. S. (2020). A inserção da Agroecologia em um novo sistema alimentar pós COVID-19. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, São Paulo, 15(4):148-159.
- Sousa, D. N. (2020). Quilombolas e indígenas: análise dos públicos da agricultura familiar excluídos das políticas públicas em uma região da amazônia legal. *Humanidades & Inovação*, 7(16):405-416.
- Sousa, D. N. (2019). *Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas*. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Sousa, D. N. (2021). Os mercados institucionais e suas possibilidades para combate à pobreza rural e inclusão produtiva. *Colóquio - revista do desenvolvimento regional*, 18:125-141.
- Sousa, D. N.; RIBEIRO, M. E.; & BERALDO, K. A. (2021). Impactos da pandemia da covid-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na Cooprato. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 10:1-15.
- Valadares, A. A.; Alves, F.; Galiza, M.; & Silva, S. P. (2020). *Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais*. IPEA: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. (Nota técnica, nº 69).
- Wivaldo, J. N. S. (2020). Ações para o despertar da agricultura familiar frente a Covid-19. *Boletim Cientistas sociais*, 77:1-3.



COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Sousa, D. N. de, Jesus, M. E. R. (2021). Monitoramento de notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia da covid-19 e sua relação com a agricultura familiar do Tocantins. *Holos - Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. 37(1), 1-16.

SOBRE OS AUTORES**D. N. DE SOUSA**

Analista da Embrapa Pesca. E-mail: diego.sousa@embrapa.br

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3124-5150>

M. E. R. DE JESUS

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins; Bolsista de Iniciação Tecnológica na Embrapa Pesca e Aquicultura trabalhando com pesquisas voltadas a Agricultura Familiar e, Desenvolvimento e Extensão Rural; Atuação como Estagiária na esfera de Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: eduardaribeiro@mail.uft.edu.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5354-6117>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: ANTONIO UCHOA E LENINA SILVA

